

APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação da subseção do DIEESE na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

Trata-se de um boletim informativo e analítico que tem por finalidade a permanente discussão, acompanhamento e atualização de temas relacionados ao mercado de trabalho, com enfoques voltados para a conjuntura econômica e social do país.

Neste boletim do segundo e terceiro quadrimestres de 2011 vamos apresentar uma nota sobre o 13º salário e seus impactos na economia, conjuntura econômica, informações setoriais, indicadores econômicos do mercado de trabalho, índices de inflação e outras informações importantes, além do desempenho da indústria de uma maneira geral.

Como de costume, trazem-se também alguns indicadores econômicos úteis à vida sindical, como por exemplo, a pesquisa de emprego e desemprego feita em seis regiões metropolitanas brasileiras e Distrito Federal e a variação da cesta básica em dezesseis capitais brasileiras.

Boletim de Conjuntura – 2º/3º Quadrimestres de 2011

Presidente: **José Calixto Ramos**

Responsável Técnico: **Karla Braz**

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
Endereço: Av. W3 Quadra 505 Lote 01 Bloco A SEP/Norte
CEP: 70730-517 - Brasília - DF
Fone: (061) 3448-9900 - Fax: (061) 3274-7001
E-mail: cnti@cnti.org.br Site: www.cnti.org.br

ÍNDICE

- I - ECONOMIA RECEBERÁ R\$ 118 BILHÕES
COM PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO
- II - CONJUNTURA ECONÔMICA
- III - DESEMPENHO INDUSTRIAL
- IV - INDICADORES ECONÔMICOS

Entre em contato conosco pelo e-mail:

sucnti@dieese.org.br

Economia receberá R\$ 118 bilhões com pagamento do 13º salário

Até dezembro de 2011, o pagamento do 13º salário deve injetar cerca de R\$ 118 bilhões na economia brasileira. Este montante representa aproximadamente 2,9% do produto interno bruto (PIB) do país e considera os trabalhadores do mercado formal, inclusive os empregados domésticos e beneficiários da Previdência Social, aposentados e beneficiários de pensão da União e dos estados. Cerca de 78 milhões de brasileiros serão beneficiados, segundo estimativa do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

A estimativa feita leva em conta dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), ambos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Também foram consideradas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente a 2009, e informações do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e da Secretaria Nacional do Tesouro (STN). No caso da Rais, o DIEESE considerou todos os assalariados com carteira assinada, empregados no mercado formal, nos setores público (celetistas ou estatutários) e privado, que trabalhavam em dezembro de 2010, acrescido do saldo do Caged de 2011 (até agosto). Da Pnad, foi utilizado o contingente estimado de empregados domésticos com

registro em carteira. Foram considerados ainda os beneficiários - aposentados e pensionistas - que, em agosto de 2011, recebiam proventos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e os aposentados e pensionistas pelo regime próprio da União e dos Estados. Com relação aos valores, para a estimativa do montante a ser pago aos beneficiários do INSS, foi usado o total referente a setembro deste ano. Para os assalariados, o rendimento foi atualizado pela variação estimada do INPC médio de 2011 (até setembro) diante de igual período de 2010.

Para efeito do cálculo, o DIEESE não leva em conta os autônomos, assalariados sem carteira ou trabalhadores com outras formas de inserção no mercado de trabalho que, eventualmente, recebem algum tipo de abono de fim de ano, nem os valores envolvidos nesses abonos, uma vez que esses dados são de difícil mensuração. Também não é considerado, por este estudo, o adiantamento da primeira parcela do 13º salário ao longo do ano, uma vez que funcionários de muitas empresas recebem parcialmente o pagamento do 13º no momento em que tiram férias. Não são também contabilizados os casos de categorias que o recebem antecipadamente por definição, por exemplo, de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) ou Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Da mesma forma, o valor recebido pelos beneficiários do INSS é considerado pelo montante total, sem levar em consideração, portanto, a primeira parcela já paga em agosto. Dessa forma, os dados apresentados constituem uma projeção do volume total que entra na economia ao longo do ano e não apenas nos dois últimos

meses. Entretanto, estima-se que a maior parte, cerca de 70% do total dos valores referentes ao 13º, seja paga no final do ano.

Dos cerca de 78 milhões de brasileiros que devem ser beneficiados pelo pagamento do 13º salário, aproximadamente 29,7 milhões, ou 38,1% do total, são aposentados ou pensionistas da Previdência Social. Os empregados formais (48,3 milhões de pessoas) correspondem a 61,9% do total. Entre estes, os empregados domésticos com carteira de trabalho assinada totalizam quase 2,4 milhões, o que equivale a 3,1% desse conjunto de beneficiários do abono natalino. Mais aproximadamente 1 milhão de pessoas (ou 1,2% do total) são aposentados e beneficiários de pensão da União (Regime Próprio). Há ainda um grupo, constituído por aposentados e pensionistas dos estados (regime próprio), que vai receber o 13º e que não puderam ser quantificados.

Do montante a ser pago a título de 13º, cerca de 20% dos R\$ 118 bilhões, pouco mais de R\$ 34 bilhões serão pagos aos beneficiários do INSS. Outros R\$ 84 bilhões, ou 71% do total, irão para os empregados formalizados, incluindo os domésticos. Aos aposentados e pensionistas da União, caberá o equivalente a R\$ 6,1 bilhões (5,2%) e aos aposentados e pensionistas dos Estados, R\$ 5,4 bilhões (4,5%), conforme a Tabela 1.

TABELA 1
Estimativa de recursos com pagamento do 13º salário
Brasil – 2011

Discriminação	Beneficiários		Total do 13º Salário		Valor Médio (R\$)	% PIB
	Nº	(%)	R\$	(%)		
Trabalhadores no mercado formal	48.289.156	61,9%	83.715.412.013	70,9%	1.733,63	2,1%
Assalariados dos Setores Público e Privado	45.893.737	58,8%	82.032.667.469	69,5%	1.787,45	2,0%
Empregados Domésticos com Carteira	2.395.419	3,1%	1.682.744.544	1,4%	702,48	0,0%
Aposentados e pensionistas	29.718.893	38,1%	34.398.624.463	29,1%	1.157,47	0,8%
Regime Geral - Beneficiários do INSS	28.769.045	36,9%	22.941.173.884	19,4%	797,43	0,6%
Regime Próprio da União	949.848	1,2%	6.088.900.000	5,2%	6.410,39	0,2%
Regime Próprio dos Estados	n.d	n.d	5.368.550.579	4,5%	n.d	0,1%
Total	78.008.049	100,0%	118.114.036.476	100,0%	1.445,31 ⁽¹⁾	2,9%

Fontes: MTE. Rais/2010 e Caged/2011 IBGE. Pnad/2009; Ministério da Previdência. Boletim Estatístico/agosto- 2011; STN-Secretaria do Tesouro Nacional. Execução Orçamentária dos Estados; Ministério do Planejamento. Boletim Estatístico de Pessoal
Elaboração: DIEESE

Nota: 1) excluídos os benefícios e beneficiários dos regimes próprios dos estados

O número de pessoas que receberá o 13º salário em 2011 é cerca de 5,4% superior ao observado em 2010. Estima-se que quatro milhões de pessoas passarão a receber o benefício, por terem requerido aposentadoria ou pensão ou se incorporado ao mercado de trabalho ou ainda formalizado o vínculo empregatício.

Para efeito de comparação com 2010, quando o DIEESE estimou que cerca de R\$ 102 bilhões entrariam na economia em

consequência do pagamento do 13º, o valor apurado neste ano indica crescimento da ordem de 16%.

Os dados comparativos com a estimativa do ano anterior podem ser vistos na Tabela 2, a seguir.

TABELA 2
Variações do número de beneficiários e montantes do 13º entre 2010 e 2011

Discriminação	Beneficiários		Valor Total do 13º Salário	
	Variação %	Contribuição ao Crescimento	Variação %	Contribuição ao Crescimento
Trabalhadores no Mercado Formal	6,3%	3,85%	17,99%	12,54%
Assalariados dos Setores Público e Privado	6,3%	3,69%	18,11%	12,36%
Empregados Domésticos com Carteira	5,2%	0,16%	12,37%	0,18%
Aposentados e Pensionistas	4,0%	1,55%	11,64%	3,52%
Regime Geral - Beneficiários do INSS	4,1%	1,53%	11,66%	2,35%
Regime Próprio da União	1,1%	0,01%	10,06%	0,55%
Regime Próprio dos Estados	n.d	n.d	13,41%	0,62%
Total	5,4%	5,4%	16,07%	16,07%

Elaboração: DIEESE

Distribuição por região

Refletindo a maior capacidade econômica do Sudeste, a parcela mais expressiva (51,3%) deve ficar nos estados desta região, onde se concentra também a maior parte dos trabalhadores, aposentados e pensionistas; outros 15,4% do montante a ser pago devem ficar no Sul do país, enquanto ao Nordeste serão destinados 15,19% (14,9% estimados em 2010). Para as regiões Centro-Oeste e Norte, serão

destinados, respectivamente, 8,6% e 4,6%. Os beneficiários do regime próprio da União respondem por 5,2% do montante e podem viver em qualquer região.

O maior valor médio para o 13º (considerando todas as categorias de beneficiados) deve ser pago em Brasília, R\$ 3.193, e o menor, no Maranhão, R\$ 974.

Estimativa setorial para o mercado formal

Para os empregados do setor formal, a estimativa baseia-se nos cerca de R\$ 82 bilhões que serão pagos, até o final do ano, aos 45,9 milhões de trabalhadores formais desses setores no Brasil, a título de 13º salário.

O montante a ser distribuído apresenta a seguinte proporção: aos trabalhadores do setor de serviços (incluindo administração pública) caberão 60%; os empregados da indústria ficarão com 21%; os comerciários terão 12,5%; aqueles que trabalham na construção civil receberão o correspondente a 4,8%; e 2% serão destinados aos trabalhadores da agropecuária brasileira, conforme pode ser observado na Tabela 3.

TABELA 3
Estimativa de recursos com pagamento do 13º salário
Trabalhadores na ativa do setor formal
Brasil - 2011

Grande Setor	Beneficiários		Total do 13º Salário		Valor Médio (R\$)	% PIB
	Nº	(%)	R\$	(%)		
Indústria	8.853.118	19,3%	16.932.129.074	20,7%	1.912,56	0,4%
Construção civil	2.768.417	6,0%	3.939.290.558	4,8%	1.422,94	0,1%
Comércio	8.593.157	18,7%	10.195.595.620	12,5%	1.186,48	0,3%
Serviços (inclui Administração Pública)	24.028.833	52,4%	49.157.657.212	60,1%	2.045,78	1,2%
Agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca	1.650.212	3,6%	1.625.255.120	2,0%	984,88	0,0%
Total	45.893.737	100,0%	81.849.927.584	100,0%	1.783,47	2,0%

Fonte: MTE. Rais 2010; Caged 2011

Elaboração: DIEESE

Obs.: No total estão incluídos vínculos sem informação do setor
 Exclui empregados domésticos

Em termos médios, o valor do 13º salário pago ao setor formal corresponde a R\$ 1.783. A maior média deve ser paga aos trabalhadores do setor de serviços, correspondente a R\$ 2.046; o setor industrial aparece com o segundo valor, equivalente a R\$ 1.912; e o menor 13º salário foi verificado entre os trabalhadores do setor primário da economia.

O 13º na economia paulista

A economia paulista deverá receber, até o final de 2011, a título de 13º salário, cerca de R\$ 35,9 bilhões, aproximadamente 30,4% do total do Brasil e 59,3% da região Sudeste. Esse montante representa em torno de 2,7% do PIB estadual.

O contingente de pessoas no estado que receberá o décimo terceiro foi estimado em 20.796 mil, o correspondente a 27% do total que terá acesso ao benefício no Brasil. Em relação à região Sudeste, esse percentual é de 55%. Os empregados do mercado formal, celetistas ou estatutários, representam 68,8%, enquanto pensionistas e aposentados do INSS equivalem a 31,2%. O emprego doméstico com carteira assinada participa com 3,8%.

Em relação aos valores que cada segmento receberá, nota-se a seguinte distribuição: os empregados formalizados ficam com 78% (R\$ 28 bilhões) e os beneficiários do INSS, com 18% (R\$ 6,4 bilhões); aos aposentados e pensionistas do estado do Regime Próprio caberão 3,9% (R\$ 1,4 bilhão); e para os empregados domésticos serão destinados 1,6% ou R\$ 588 milhões. São Paulo registra ainda o terceiro maior valor médio (R\$ 1.725), atrás apenas do Distrito Federal e Amapá.

TABELA 4
Estimativa de recursos com pagamento do 13º salário – 2011
São Paulo

Discriminação	Beneficiários		Total do 13º Salário		Valor Médio (R\$)	% PIB
	Nº	(%)	R\$	(%)		
Trabalhadores no Mercado Formal	14.313.700	68,8%	28.032.271.791	78,1%	1.958,42	2,1%
Assalariados dos Setores Público e Privado	13.514.842	65,0%	27.443.882.718	76,5%	2.030,65	2,0%
Empregados Domésticos com Carteira	798.858	3,8%	588.389.074	1,6%	736,54	0,0%
Aposentados e Pensionistas	6.482.069	31,2%	7.842.906.802	21,9%	1.209,94	0,6%
Regime Geral - Beneficiários do INSS	6.482.069	31,2%	6.446.165.377	18,0%	994,46	0,5%
Regime Próprio do Estado	n.d	n.d	1.396.741.425	3,9%	n.d	0,1%
Total	20.795.769	100,0%	35.875.178.594	100,0%	1.657,95⁽¹⁾	2,7%

Fonte: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos socioeconômicos – Nota a Imprensa - 01 de novembro de 2011.

II - CONJUNTURA ECONÔMICA

I. Indicadores da atividade econômica

PIB

O resultado do Produto Interno Bruto – PIB, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referente ao 2º trimestre

de 2011, registrou aumento de 0,8% na comparação com o trimestre imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal.

Em valores correntes, o PIB a preços de mercado no segundo trimestre de 2011, alcançou R\$ 1.021,8 bilhões, sendo R\$ 873,1 bilhões referentes ao valor adicionado a preços básicos e R\$ 148,6 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

Sob a ótica da oferta os Serviços registraram crescimento de 0,8% no volume de seu valor adicionado, seguido pela Indústria (0,2%). Quanto a Agropecuária, esta registrou retração de 0,1% na comparação com o trimestre imediatamente anterior.

No que se refere às atividades industriais, o crescimento de 2,2% registrado pela Indústria Extrativa foi contrabalançada pelo crescimento da Indústria de Transformação, que apresentou variação nula neste trimestre. Os índices de volume do Valor adicionado da atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana e da Construção Civil, por sua vez, registraram crescimento de 1,5% e 0,5%, respectivamente. No setor de Serviços, as maiores elevações foram em Serviços de informação (1,9%), Intermediação financeira (1,6%) e Comércio (1,1%) e em Transporte, armazenagem e correio (1,7%). O índice de volume dos Serviços de informação cresceu 1,1%. O índice

de volume dos Outros serviços cresceu 1,0%, seguido por Administração, saúde e educação públicas (0,6%), Transporte, armazenagem e correio (0,1%) e Atividades imobiliárias e aluguel (0,1%).

Sob a ótica da demanda, o melhor desempenho foi da Formação Bruta de Capital Fixo, que registrou expansão de 1,7% no segundo trimestre de 2011 (depois de ter crescido 0,7% no trimestre imediatamente anterior).

A Despesa de Consumo das Famílias cresceu 1,0% no segundo trimestre, desempenho superior ao registrado no primeiro trimestre de 2011, quando apresentou aumento de 0,7%. Já a Despesa de Consumo da Administração Pública, teve aumento de 1,2% em relação ao trimestre anterior.

Quanto ao setor externo, tanto as exportações de Bens e Serviços como as Importações de Bens e Serviços registraram aumento, de 2,3% e 6,1%, respectivamente. Lembrando que ambas apresentaram queda no trimestre anterior

Na análise do segundo trimestre frente igual período do ano anterior, o PIB a preços de mercado registrou aumento de 3,1%. Nesta base de comparação, o valor adicionado a preços básicos cresceu 2,7% e os

impostos sobre Produtos 6,0%. Cabe destacar que essa variação do volume dos impostos sobre Produtos deve-se principalmente, à expansão do volume das Importações de Bens e Serviços e ao crescimento dos Serviços.

Dentre as atividades que contribuem para a geração do Valor Adicionado, observa-se que todas registraram desaceleração em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O crescimento dos Serviços passou de 4,0% no 1º trimestre para 3,4% no 2º trimestre. O aumento do valor adicionado da Indústria foi de 1,7%, enquanto que no trimestre anterior a expansão registrada foi de 3,5%. A Agropecuária, por sua vez, apresentou variação nula, após ter registrado expansão de 3,1% no trimestre anterior. Vale destacar que apesar da agricultura ter contribuído de forma positiva para o desempenho do setor, as estimativas para a pecuária e a silvicultura e exploração florestal indicaram um fraco desempenho dessas atividades no trimestre.

No que diz respeito ao volume do valor adicionado da indústria, observa-se que todas as atividades industriais apresentaram desaceleração do crescimento. As maiores expansões ocorreram na Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (3,4%) e na Extrativa Mineral (2,7%). A Construção Civil, por sua vez, após ter crescido 5,2% no trimestre anterior, registrou avanço de 2,1% no segundo

trimestre. Vale ressaltar que o desempenho observado no 2º trimestre foi influenciado pelo aumento da população ocupada no setor, que cresceu 2,2% em relação a igual trimestre de 2010 e, tem como explicação o bom desempenho do crédito direcionado ao longo do período. Na comparação com igual período do ano anterior, verifica-se que as operações de crédito do sistema financeiro com recursos direcionados apresentaram aumento, em termos nominais, de 25,3%, segundo informações do Banco Central.

Na Indústria de Transformação, o aumento de 1,2% no volume do valor adicionado foi influenciado principalmente, pelo aumento da produção de instrumentos médicos-hospitalares, produtos farmacêuticos e outros equipamentos de transportes. Por outro lado, as maiores quedas foram observadas na produção de bebidas, têxteis e calçados e artigos de couro.

Sob a ótica da demanda, a Despesa de Consumo das Famílias apresentou crescimento de 5,5%, sendo a trigésima primeira variação positiva nessa base de comparação. Um dos fatores que contribuíram para este resultado foi o comportamento da massa salarial real, que teve elevação de 6,5% no segundo trimestre de 2011. Além disso, houve um aumento, em termos nominais, do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas

de 18,6% no segundo trimestre de 2011, de acordo com dados do Banco Central. Já a Despesa de Consumo da Administração Pública cresceu 2,5% na comparação com o mesmo período de 2010.

A Formação Bruta de Capital Fixo, apesar de registrar desaceleração, na comparação com igual período do ano anterior, registrou expansão de 5,9%. Os principais fatores que contribuíram com esse desempenho, foram: o efeito positivo gerado pelo aumento da importação de máquinas e equipamentos, e o comportamento da taxa básica de juros Selic no período, que contribuiu para a desaceleração da sua expansão quando comparada à taxa registrada no primeiro trimestre de 2011, em relação ao mesmo período de 2010.

Pelo lado da demanda externa, tanto as Exportações, quanto as Importações de Bens e Serviços registraram crescimento nesta comparação, de 6,0% e 14,6%, respectivamente.

O maior crescimento relativo das importações pode ser explicado pela valorização cambial: entre o segundo trimestre de 2010 e o segundo de 2011, a taxa de câmbio (medida pela média trimestral das taxas de câmbio R\$/US\$ de compra e venda) variou de 1,79 para 1,60. Os produtos da pauta de importação que mais contribuíram para esse resultado foram: máquinas e equipamentos; indústria automotiva; minerais não metálicos; produtos químicos, e têxteis e vestuário.

Na análise anual, o PIB a preços de mercado apresentou crescimento de 3,6% no primeiro semestre de 2011, na comparação com o mesmo período de 2010. Nesta base de comparação, o volume do valor adicionado dos Serviços cresceu 3,7%, seguido pela Indústria (2,6%) e pela Agropecuária (1,4%).

No setor industrial, dentre as quatro atividades, os maiores crescimentos foram observados em Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (4,1%) e com a Construção Civil (3,6%). Também registraram variações positivas a Extrativa mineral, com expansão de 3,3%, e a Indústria de transformação, com avanço de 1,8%.

Na análise da demanda interna, o principal destaque foi o avanço de 7,3% na Formação Bruta de Capital Fixo, seguida pelo crescimento da Despesa de Consumo das famílias (5,7%). A Despesa de Consumo da Administração Pública, registrou expansão de 2,3%.

Quanto ao setor externo, observa-se expansão tanto nas Exportações de bens e serviços, quanto nas Importações de Bens e Serviços, ao registrarem crescimento de 5,2% e 13,9%, respectivamente.

TABELA 5
Variação do PIB, por Setor e Subsetor de Atividade Econômica – Brasil 2010 e 2011- Taxa Acumulada ao Longo do Ano (variação em volume em relação ao mesmo período do ano anterior- em %)

Setor de Atividade	2010.II	2010.III	2010.IV	2011.I	2011.II
Agropecuária	8,1	7,8	6,5	3,1	1,4
Indústria	14,5	12,3	10,1	3,5	2,6
Extrativa mineral	15,6	16,0	15,7	4,0	3,3
Transformação	15,6	12,5	9,7	2,4	1,8
Construção Civil	15,9	13,6	11,6	5,2	3,6
Prod.e dist.de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	9,2	8,8	7,8	4,9	4,1
Serviços	6,1	5,7	5,4	4,0	3,7
Comércio	13,6	12,0	10,7	5,5	5,2
Transporte, armazenagem e correio	11,8	10,3	8,9	4,7	4,1
Serviços de informação	3,2	3,5	3,8	5,1	5,3
Interm. Financ.,seguros, prev.compl. E serv.relacionados	9,9	10,4	10,7	6,4	5,5
Outros serviços	3,8	3,5	3,6	3,5	3,5
Atividades imobiliárias e aluguéis	1,7	1,6	1,7	1,9	1,6
Adm.saúde e educação públicas	2,7	2,6	2,3	2,8	2,7
Valor adicionado a preços básicos	8,4	7,5	6,7	3,8	3,2
Impostos líquidos sobre produtos	14,0	13,3	12,5	6,5	6,3
PIB a preços de mercado	9,2	8,4	7,5	4,2	3,6
Despesa de consumo das famílias	7,4	6,9	7,0	5,9	5,7
Despesa de consumo da administração pública	4,2	4,1	3,3	2,1	2,3
Formação bruta de capital fixo	28,2	25,6	21,8	8,8	7,3
Exportação de bens e serviços	10,6	10,8	11,5	4,3	5,2
Importação de bens e serviços (-)	39,2	39,8	36,2	13,1	13,9

Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE
* dados preliminares

Emprego

Apesar das incertezas quanto aos rumos que a economia vai seguir, devido ao agravamento da crise mundial (zona do euro e EUA), o mercado de trabalho brasileiro segue registrando saldos positivos na geração de postos de trabalho. Porém, os reflexos dessa crise já rebatem no setor industrial que vem gerando cada vez menos empregos.

As informações do Ministério do Trabalho e Emprego corroboram com a tendência explicitada acima. Entre janeiro e outubro de 2011 foram gerados mais 2,2 milhões de novos empregos, resultado inferior ao mesmo período de 2010, quando foram criados aproximadamente 2,4 milhões de novos postos de trabalho.

Em outubro, foram criados mais de 126 mil novos empregos, com destaque para o setor de Serviços que sozinho foi responsável por aproximadamente 77 mil novos postos, seguido pelo Comércio (60,8 mil), Construção Civil (10,3 mil) e a Indústria de Transformação (5,2 mil). A Agropecuária por sua vez, registrou perda de postos de trabalho, ao eliminar cerca de 30 mil empregos, por motivos sazonais.

Regionalmente, o Sudeste liderou a geração de empregos em outubro, com a criação de aproximadamente 47,8 mil novas vagas, seguido pelo Sul com 41,2 mil empregos. A região Nordeste foi responsável pela criação de 29,9 mil novos postos, o Norte do país gerou cerca de 10,1 mil novos empregos. A região Centro-Oeste foi a única que apresentou declínio na geração de postos, ao eliminar cerca de 3 mil empregos. Por Unidade da Federação, os destaques em termos absolutos ficaram com São Paulo, com a abertura de 22,9 mil novas oportunidades, Rio Grande do Sul 16,5 mil empregos e Rio de Janeiro, 13,2 mil novos postos de trabalho formais.

Na análise anual, por setor de atividade econômica, o destaque em termos absolutos ficou com os Serviços, responsável pela geração de 932,7 mil novos postos de trabalho, seguido pela Indústria da Transformação com a criação de 407,5 mil novos empregos, o Comércio cerca de 332,9 mil vagas e a Construção Civil que foi responsável pela geração de 309,4 mil empregos entre janeiro e outubro de 2011.

O bom desempenho do setor Serviços no período em análise é resultado da expansão do emprego formal no Comércio e Administração de Imóveis e Técnicos-Profissionais com a criação de 320,9 mil novos postos de trabalho, seguido pelos Serviços de Alojamento, Alimentação e Manutenção, com a geração de 251,6 mil novos empregos e aos saldos positivos nos Transportes e Comunicações com a criação de 140,1 mil novos postos de trabalho. Na Indústria de Transformação o desempenho positivo é resultado do aumento nos doze ramos de atividades que integram o setor. Com destaque para a Indústria de produtos alimentícios e bebidas (110.155 postos) Indústria química, produtos farmacêuticos e veterinários (56.676 novos postos), Indústria metalúrgica (36.865 postos), e a Indústria mecânica com 34.704 novas oportunidades no mercado formal de trabalho.

No desempenho regional, de janeiro a outubro, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, todas as regiões registraram expansão no nível de emprego. O destaque foi para a região Sudeste com a criação de 1.187.253 novos empregos, seguida pela região Sul com a criação de 375.542 novos postos de trabalho, o Nordeste gerou 328.055 novas vagas, a região Centro-Oeste foi responsável pela criação de 214.909 novos empregos e a região Norte por sua vez, criou 135.815 novas oportunidades.

Por unidade da federação, observa-se que as vinte e sete apresentaram elevação no nível de emprego no período em questão. Em números absolutos, São Paulo liderou a criação de empregos, com 716.528 postos de trabalho abertos, seguido por Minas Gerais, com 245.361 novas vagas, e em terceiro, Rio de Janeiro com 184.137 novas vagas.

TABELA 6
Evolução do Emprego Formal segundo Setor de Atividade Econômica- 2010-2011(dados até setembro)

Setores	2010		2011	
	Saldo Jan-out	%	Saldo Jan-out	%
Extrativa mineral	15.345	8,96	19.077	10,10
Indústria de Transformação	647.199	8,72	407.520	5,09
Serviços industriais de utilidade pública	16.142	4,59	10.843	2,84
Construção civil	341.627	15,1	309.425	12,19
Comércio	373.866	5,05	332.975	4,13
Serviços	860.275	6,52	932.785	6,48
Agricultura, Silvicultura	123.998	8,48	194.936	13,09
Administração Pública	27.758	3,75	34.013	3,79
Total	2.406.210	7,29	2.241.574	6,24

Fonte: CAGED/MTE

Elaboração: DIEESE

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

II. Desempenho da Indústria

A forte retração de 2,0% observada na produção industrial em setembro, divulgada pelo IBGE, é resultado de uma trajetória bastante desfavorável da indústria brasileira que pode ser observada desde o segundo trimestre de 2010. Observa-se ainda que a partir desse período a indústria caminhou sem apresentar nenhum vigor em sua evolução, e os últimos meses seu crescimento se deu a taxas cada vez menores. Com o resultado de setembro a preocupação que se coloca a partir de agora é o temor de que a indústria comece a encolher.

As sondagens realizadas tanto pela FGV como pela CNI, que medem as expectativas dos empresários, além de outros indicadores, revelam um cenário de retração para o quarto e último trimestre de 2011. Com essa perspectiva, o crescimento da indústria nacional pode nem mesmo alcançar 1,5%, resultado bastante inferior aos 10,5% registrado em 2010, mesmo levando em consideração a fraca base de comparação de 2009. Vale destacar que o nível de produção da indústria está 3,0% abaixo do que foi registrado em setembro de 2008, quando deflagrou a crise financeira mundial. De lá para cá a produção industrial não avançou, pelo contrário, ela recuo.

Com o resultado de setembro encerra-se o terceiro trimestre de 2011. Verifica-se também, que este foi o pior resultado registrado este ano, já

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

que no primeiro trimestre o avanço foi de 1,3% e o segundo registrou recuo de 0,6%. O terceiro trimestre registrou retração de 0,8%, o que refletiu a evolução de todos os grandes setores da economia brasileira, marcada por desaceleração e mesmo por retração.

Setorialmente, a produção de bens de capital cresceu 4,5% no primeiro trimestre, caiu 1,3% no segundo e voltou a crescer muito pouco no terceiro trimestre (0,6%). No setor de bens intermediários, de maior peso na indústria, a evolução foi muito modesta nos dois primeiros trimestres e caiu no terceiro: 0,7%, 0,2% e (-1,1%). O de bens duráveis cresceu tão bem (4,5%) quanto o de bens de capital no primeiro trimestre, mas seus resultados se reverteram e foram os piores no segundo (-6,6%) e terceiro (-2,2%) trimestres deste ano. Por fim, o de bens de consumo semi e não duráveis teve o seguinte desempenho: 1,3%, (-1,3%) e 0,1%, nessa ordem, do primeiro ao terceiro trimestre.

TABELA 7

Indicadores da Produção Industrial por Classes da Indústria e Categorias de Uso - Brasil – Setembro de 2011

Segmentos	Variação %			
	set-11/ago-11 (com ajuste)	set-11/set-10	Acumulado no ano	Acumulado em 12 meses
Classe de Indústria				
Indústria Geral	-2,0	-1,6	1,1	1,6
Indústria Extrativa Mineral	0,3	-1,3	2,0	4,0
Indústria de Transformação	-2,0	-1,7	1,0	1,5
Categorias de Uso				
Bens de Capital	-5,5	0,2	5,0	5,5
Bens Intermediários	0,0	0,3	0,6	1,4
Bens de Consumo	-2,9	-3,9	0,3	0,8
Duráveis	-9,0	-9,5	0,6	0,8
Semi-duráveis e não duráveis	-1,3	-2,3	0,3	0,6

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

Elaboração: DIEESE

A grave crise dos países da Europa e o fraco desempenho da economia norte-americana projetado para os próximos anos trarão mais dificuldades para a indústria nacional, não somente pelo desaquecimento do comércio internacional, mas também pela nova onda de produtos importados, que muito provavelmente, terá seus efeitos refletidos na economia brasileira.

Em setembro, a produção industrial apresentou retração de 2,0% na comparação com o mês imediatamente anterior, na série com dados dessazonalizados. Frente a setembro de 2010, a indústria apresentou queda de 1,6%. No ano até setembro, a produção industrial acumula crescimento de 1,1%, resultado muito abaixo do registrado no mesmo período de 2010 (13,2%). Nos últimos doze meses, houve alta de 1,6%.

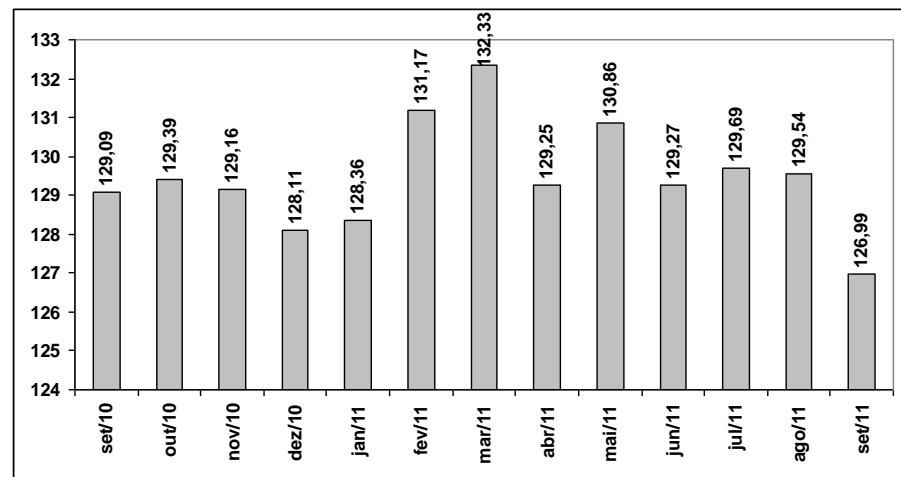
Ainda na análise mensal, com os dados livres dos efeitos sazonais, todos os setores apresentaram queda em seus segmentos, com exceção a bens intermediários, que registrou variação nula. Entre os segmentos que apresentaram recuos no referido mês, o de bens de consumo duráveis (-9,0%) registrou queda mais acentuada, seguido de bens de capital (-5,5%) e de bens de consumo semi e não duráveis (-1,3%).

Na comparação com setembro de 2010, somente os segmentos de bens intermediários (-0,3%) e de bens de capital (0,2%) registraram avanço

na produção em setembro de 2011. Quanto ao primeiro, observa-se que as influências mais relevantes vieram da maior fabricação dos produtos associados às atividades de alimentos (9,6%), metalurgia básica (1,5%), minerais não metálicos (3,1%) e veículos automotores. Por outro lado, os impactos negativos foram observados em têxtil (-15,9%), borracha e plástico (-3,8%), indústrias extrativas (-1,4%) e refino de petróleo e produção de álcool (-0,8%). O acréscimo observado em bens de capital foi impulsionado em grande parte pelo subsetor de equipamentos de transporte (7,0%) e, em menor escala, por bens de capital para fins industriais (5,5%).

No acumulado do ano, verifica-se que todas as categorias registraram taxas positivas, com a de bens de capital (5,0%) registrando a variação mais significativa, seguida pelo segmento de bens de consumo duráveis e bens intermediários, ambos com variação de 0,6% e bens de consumo semiduráveis e não duráveis ambos com variação de 0,3%.

GRÁFICO 1
Produção Física Industrial no Brasil
setembro de 2010 a setembro de 2011 (Índice de base fixa
com ajuste sazonal – base:média/2002=100)



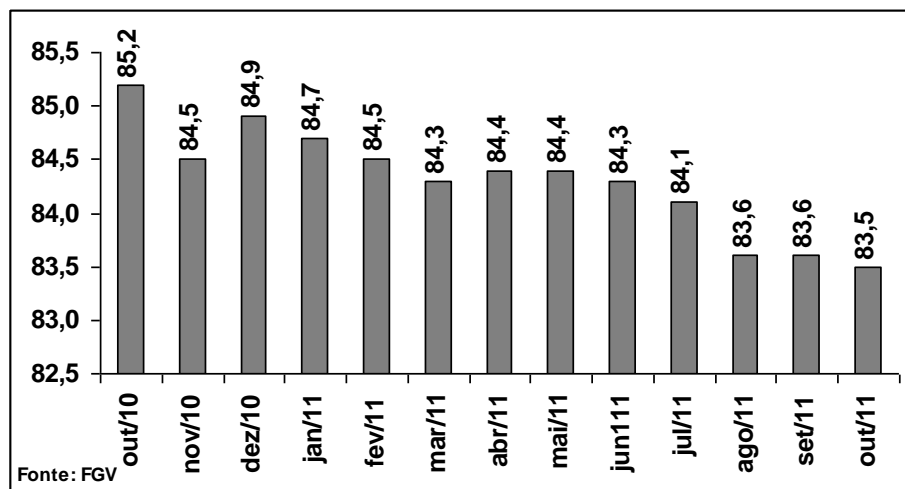
Fonte: IBGE

Utilização Média da Capacidade Instalada

O nível de utilização da capacidade instalada da indústria da transformação, calculada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, passou de 83,6% para 83,5% entre setembro e outubro, o menor nível observado desde novembro de 2009, quando registrou 82,9%.

GRÁFICO 2

Utilização Média da Capacidade Instalada na Indústria de Transformação – outubro de 2010 a outubro de 2011



II.1 – Emprego Industrial

Em relação ao emprego industrial, os dados divulgados pelo IBGE, mostram que em setembro de 2011, o pessoal ocupado assalariado na indústria geral apresentou um recuo de 0,4% na passagem na série livre de efeitos sazonais. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve expansão de 0,4%, vigésima taxa positiva consecutiva, porém a de menor magnitude dessa sequência. No acumulado dos nove primeiros meses de 2011, comparado ao mesmo período de 2010, houve um acréscimo de 1,5%, mas com ritmo abaixo do registrado nos

meses anteriores.. Nos últimos doze meses, o índice ainda registrou crescimento de 2,0%, porém, prosseguiu com a trajetória de redução no ritmo de crescimento iniciada em fevereiro último (3,9%).

A expansão de 0,4% no emprego industrial em setembro mostrou sete dos quatorze locais e nove dos dezoito setores investigados ampliando as contratações na indústria. Entre os locais, as principais contribuições positivas para o resultado global vieram do Paraná (6,7%), região Norte e Centro-Oeste (3,6%), Minas Gerais (1,8%), Rio Grande Sul (1,9%) e Pernambuco (5,4%).

Setorialmente, ainda na comparação com igual mês do ano anterior, os destaques ficaram com os ramos de alimentos e bebidas (3,7%), meios de transporte (6,5%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (6,6%), máquinas e equipamentos (3,5%) e outros produtos da indústria de transformação (3,5%). Por outro lado, as atividades de calçados e couro (-8,0%), papel e gráfica (-6,8%), borracha e plástico (-5,1%), madeira (-10,3%) e vestuário (-3,2%) apontaram as pressões mais importantes sobre o total da indústria em setembro.

No indicador acumulado dos nove meses do ano, o emprego industrial registrou expansão de 1,5%, com onze locais e onze ramos ampliando o contingente de trabalhadores. Na análise setorial, as contribuições positivas mais relevantes vieram de alimentos e bebidas (2,9%), meios de transporte (7,5%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (6,3%), máquinas e equipamentos (4,3%), produtos de metal (4,0%), outros produtos da indústria de transformação (4,9%) e metalurgia básica (5,7%), enquanto papel e gráfica (-8,8%), vestuário (-3,3%), madeira (-8,7%) e calçados e couro (-3,8%) exerceram os principais impactos negativos. No corte regional, os destaques positivos ficaram com Paraná (5,5%), Minas Gerais (2,9%), região Norte e Centro-Oeste (3,3%), região Nordeste (1,9%) e Rio Grande do Sul (2,6%). Por outro lado, São Paulo (-0,5%), estado com maior peso na estrutura do emprego industrial no país, Espírito Santo (-0,7%) e Ceará (-1,5%) apontaram queda no total do pessoal ocupado no índice acumulado no ano.

Com esse resultado, verifica-se que o emprego industrial continua apresentando uma trajetória de estagnação na margem e de franca desaceleração com relação a 2010. O que significa que a indústria não está desempregando, mas também que o emprego no setor não avança.

TABELA 8
Variação do Emprego e Produção industrial
(janeiro-abril-2010/janeiro-setembro de 2011)

Atividades Industriais	Emprego	Produção
Indústria Geral	1,5	1,1
Indústrias Extrativas	3,6	2
Indústria de Transformação	1,4	1,0
Alimentos e Bebidas	2,9	-0,9
Fumo	-5,3	15
Têxtil	-0,3	-14,6
Vestuário	-3,3	-2,4
Calçados e Couro	-3,8	-8,9
Madeira	-8,7	-0,3
Papel e Gráfica	-8,8	2,3
Coque, Refino e Petróleo, Comb. Nucleares e Álcool	0,3	1
Produtos Químicos	0	-1,5
Borracha e Plástico	0,7	0,2
Minerais Não-Metálicos	1,4	4,2
Metalurgia Básica	5,7	0,1
Produtos de Metal - exclusive máquinas e equipamentos	4,0	3,2
Máquinas e Equip. - excl. elétr. Eletrôn. De Precisão e de Comunicações.	4,3	1,7
Máquinas e Aparelhos elétr. Eletrôn. De Precisão e de Comunicações.	6,3	1,7
Fabricação de Meios de Transporte	7,5	5,4
Fabricação de Novos Produtos da Ind. De Transformação	4,8	2,9

Fonte: IBGE/IEDI

Horas Pagas na Indústria

O número de horas pagas na indústria, indicador que reflete perspectivas de novas contratações para os meses posteriores decresceu 0,7% na passagem de agosto para setembro na série com ajuste sazonal, após ter registrado alta nos dois meses anteriores (0,2% em julho e 0,4% em agosto). Na comparação com setembro de 2010, o

indicador registrou recuo de 0,3%, a primeira variação negativa nesta comparação em vinte meses. No acumulado do ano frente a igual período de 2010, o avanço foi de 1,1%, enquanto que nos últimos doze meses, houve avanço de 1,8%.

Folha de Pagamento Real

Em setembro, a folha de pagamento real destinada aos trabalhadores na indústria registrou variação negativa de 1,9%, após ter crescido 3,3% em agosto. Frente a setembro de 2010 o resultado mostrou-se 4,3% superior. O acumulado dos nove primeiros meses de 2011 registrou avanço de 5,1%, enquanto que o acumulado dos últimos doze meses, a variável registrou avanço de 5,8%.

TABELA 9

Taxas de Variação por Classe da indústria – Brasil – setembro de 2011 %

Classes da Indústria	Pessoal Ocupado	Folha de Pgto. Real	Horas Pagas	Folha per capita
Indústria Geral				
No mês (com ajuste sazonal)	-0,4	-1,9	-0,7	-1,6
Mesmo mês ano anterior	0,4	4,3	-0,3	3,9
No ano	1,5	5,1	1,1	3,6
Doze meses	2,0	5,8	1,8	3,7
Indústria Extrativa Mineral				
No mês (com ajuste sazonal)	-0,1	-24,4	-0,1	-24,4
Mesmo mês ano anterior	2,8	21,6	2,7	18,3
No ano	3,6	8,1	3,6	4,3
Doze meses	4,1	10,5	4,1	6,2
Indústria de Transformação				
No mês (com ajuste sazonal)	-0,4	-0,3	-0,8	0,0
Mesmo mês ano anterior	0,3	3,4	-0,4	3,1
No ano	1,4	4,9	1,0	3,4
Doze meses	1,5	5,0	1,1	3,4

Fonte: IBGE/IEDI

II.2 - Emprego Industrial Segundo o CAGED

De acordo com os dados do CAGED, a Indústria da Transformação gerou entre janeiro e outubro de 2011, 407.520 novos postos de trabalho, enquanto que no mesmo período de 2010, a geração de empregos no setor foi de 647.199 postos.

No período em questão, todos os subsetores da indústria geraram postos de trabalho, com destaque para a Indústria de produtos alimentícios e bebidas (110.155 postos) Indústria química, produtos farmacêuticos e veterinários (56.676 novos postos), Indústria metalúrgica (36.865 postos), e a Indústria mecânica com 34.704 novas oportunidades no mercado formal de trabalho.

TABELA 10
Evolução do Emprego por Setores e Subsetores da Indústria no Brasil - Saldo Mensal e Acumulado de janeiro a outubro de 2011

SETORES	2010	2011 ⁽¹⁾
	Saldo - jan-out	Saldo - jan-out
Indústria de Transformação	647.199	407.520
Extrativa mineral	15.345	19.077
Indústria metalúrgica	76.735	36.865
Indústria do material de transporte	53.702	28.261
Indústria mecânica	50.165	34.704
Indústria do material elétrico e de comunicações	28.595	26.732
Indústria da madeira e do mobiliário	33.779	19.495
Indústria de produtos minerais não metálicos	76.735	28.157
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	18.415	9.446
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	53.921	56.676
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	80.609	23.546
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	25.706	11.150
Indústria de calçados	56.187	22.333
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	139.366	110.155
Serviços industriais de utilidade pública	16.142	10.843
Construção civil	341.627	309.425
Total*	2.406.210	2.241.574

Fonte: MTE/CAGED

Elaboração: DIEESE

* Total da evolução de empregos geral na economia até set-2011 (inclui Comércio, Serviços, Administ. Pública Direta e Autárquica e Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal).

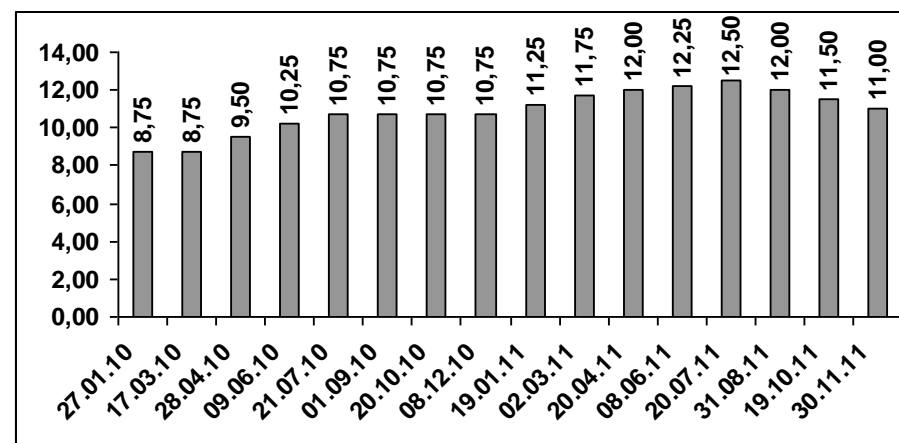
(1) Com ajustes.

II. 3 - Taxa de Juros

Em última reunião do ano ocorrida em novembro de 2011, o Comitê de Política Monetária do Banco Central –COPOM decidiu reduzir novamente a taxa de juros, para os atuais 11,00% ao ano (sem vés, ou seja, sem possibilidade de revisão até a próxima reunião). A justificativa para a adoção da medida segundo o BC foi de “tempestivamente mitigar os efeitos vindos de um ambiente global

mais restritivo”. O Copom entende que “um ajuste moderado no nível da taxa básica é consistente com o cenário de convergência da inflação para a meta em 2012.

GRÁFICO 3
Decisões do Copom sobre a Meta da Taxa Selic 2010-2011 - % a.a



Fonte: BACEN

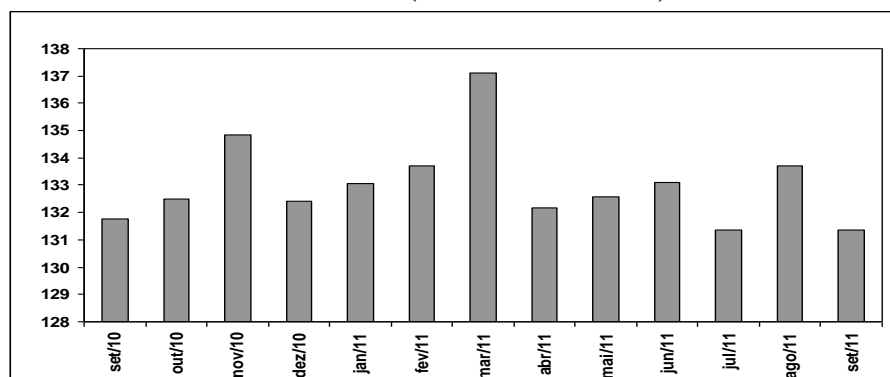
II.4 – Setores Selecionados

II. 4.1 Papel e Celulose

Em setembro de 2011 a produção física da Indústria de Papel e Celulose registrou pequeno recuo de 1,7% na comparação com o mês anterior, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal – PIM realizada pelo IBGE. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a produção recuo 0,5%. No acumulado de janeiro a setembro de 2011 o incremento foi de 1,1%. O indicador acumulado nos últimos doze meses registrou avanço de 1,4% na produção da Indústria de papel e celulose. (Gráfico 4).

GRÁFICO 4

Índice da Produção Física da Indústria de Celulose, Papel e Produtos de Papel no Brasil – setembro de 2010 a setembro de 2011 Base: (média/2002=100)



Fonte: IBGE

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

De acordo com dados da Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose e Papel), entre janeiro e setembro de 2011 a produção (em toneladas) de celulose avançou 0,6%, enquanto a de papel manteve-se estagnada, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

TABELA 11
Produção, Importação e Exportação de Papel e Celulose
Brasil – 2010 e 2011

Celulose	2009	2010	%	Jan-Set		
				2010	2011 ⁽²⁾	%
Produção	13.315	14.064	5,6	10.490	10.554	0,6
Importação ⁽¹⁾	359	412	14,8	301	299	-0,7
Exportação ⁽¹⁾	8.229	8.375	1,8	6.182	6.258	1,2
Consumo Aparente	5.445	6.101	12,0	4.609	4.595	-0,3

Papel	2009	2010	%	Jan-Set		
				2010	2011 ⁽²⁾	%
Produção	9.428	9.792	3,9	7.360	7.361	0,0
Importação ⁽¹⁾	1.085	1.502	38,4	1.120	1.141	1,9
Exportação ⁽¹⁾	2.008	2.074	3,3	1.572	1.568	-0,3
Consumo Aparente	8.505	9.220	8,4	6.908	6.934	0,4

⁽²⁾ Dados preliminares

Fonte: ¹ SECEX/Bracelpa - Associação Brasileira de Papel e Celulose

Ainda nessa base de comparação, a importação de celulose registrou retração de 0,7%, enquanto a exportação registrou crescimento de 1,2%.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

Quanto ao consumo aparente de celulose (produção interna mais importação subtraído as exportações), entre janeiro e setembro de 2011 o indicador registrou retração de 0,3%.

Os dados referentes à produção (em toneladas) de papel mostram que nos nove primeiros meses de 2011 a produção manteve-se estagnada e não registrou qualquer variação 0%. Os resultados referentes à importação e exportação registraram variação de 1,9% e (-0,3%) respectivamente. Quanto ao consumo aparente o incremento foi de 0,4%.

A balança comercial da indústria do papel e celulose, de janeiro a setembro registrou saldo positivo de US\$ 3.777 bilhões de dólares (FOB – Livre de Fretes), (US\$ 3.444 bilhões provenientes do saldo da celulose e US\$ 333 milhões do papel), resultando em variação positiva de 4,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

As informações referentes ao mercado de trabalho formal do setor mostram resultados positivos na geração de empregos em 2011, apesar do ritmo ser inferior ao mesmo período de 2010. O saldo de empregos formais criados de janeiro a outubro foi de 4.307, resultado inferior aos mais de 8 mil novos empregos gerados no mesmo período do ano anterior.

Por unidades da Federação, de janeiro a outubro de 2011, Santa Catarina, São Paulo, Amazonas e Minas Gerais foram os maiores geradores de postos de trabalho nos dez meses do ano, com a criação de 1.102, 993, 629 e 391 postos respectivamente. Por outro lado, o setor registrou eliminação de postos de trabalho em oito estados, com destaque para Paraíba, com a eliminação de 152 postos de trabalho e Mato Grosso do Sul, com o fechamento de 52 postos (Tabela 12).

TABELA 12

Evolução do Emprego Celetista por Unidade da Federação na Indústria da Celulose, Papel e produtos de Papel

Unidade da Federação	Saldo	
	jan-out-2010	jan-out-2011
Rondônia	0	-39
Acre	-5	-1
Amazonas	61	629
Roraima	-2	0
Pará	49	8
Amapá	0	0
Tocantins	-1	0
Maranhão	1	-25
Piauí	-6	22
Ceará	281	75
Rio Grande do Norte	0	20
Paraíba	115	-159
Pernambuco	245	284
Alagoas	56	-1
Sergipe	10	37
Bahia	482	202
Minas Gerais	520	391
Espírito Santo	-26	0
Rio de Janeiro	145	-35
São Paulo	3.969	993
Paraná	934	346
Santa Catarina	729	1.102
Rio Grande do Sul	606	215
Mato Grosso do Sul	-33	-52
Mato Grosso	29	39
Goiás	46	266
Distrito Federal	1	-10
Brasil	8.206	4.307

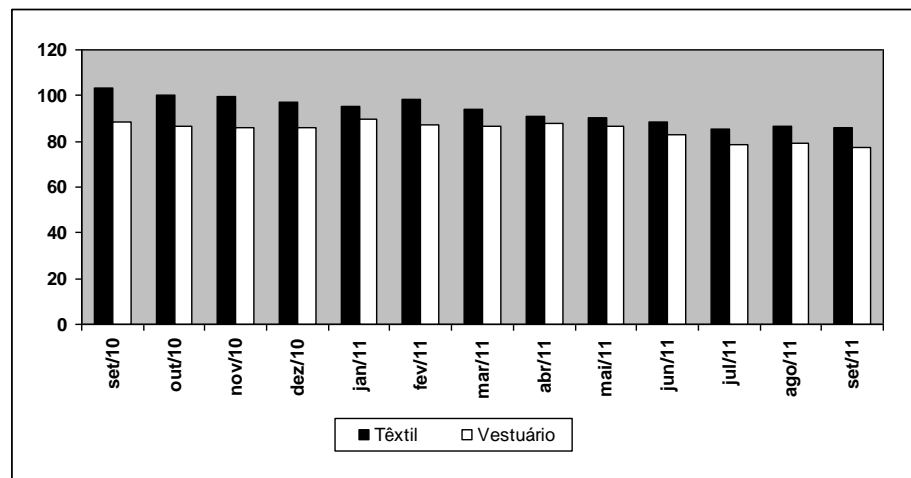
Fonte: CAGED/MTE

Elaboração: DIEESE

II.4.2 – Setor Têxtil, do vestuário e artefatos de Tecidos

A produção física da indústria Têxtil e do Vestuário, divulgados pelo IBGE referente ao mês de setembro, na série com ajuste sazonal, mostra retração de (-0,9%) no segmento têxtil na comparação com o mês imediatamente anterior, o vestuário por sua vez registrou queda de (-2,5%) na mesma base de comparação. Nas demais bases de comparação (sem ajuste), a Indústria têxtil registrou retração de 16,7% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado de 2011 o segmento têxtil apresentou queda na produção de 14,6% e finalmente, nos últimos doze meses, o resultado apurado revela queda de 12,34%. No segmento do Vestuário nas mesmas bases de comparação, os resultados foram respectivamente: (-11,9%), (-2,4%) e (-1,2%).

GRÁFICO 5
Índice da Produção Física da Indústria Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos no Brasil-setembro de 2010 a setembro de 2011 (base: média/2002=100)



Fonte: BGE
 Elaboração: DIEESE

As informações referentes ao comércio exterior mostram que as exportações do setor no período de janeiro a outubro de 2011 registraram alta de 0,93% na comparação com igual período de 2010. O total exportado nos dez meses do ano alcançou US\$ 1,2 bilhão, segundo dados da ABIT. Os principais destinos das exportações do setor no referido período foram Argentina, Estados Unidos, Paraguai e Venezuela.

Por outro lado, as importações cresceram 26,2% de janeiro a outubro de 2011 na comparação com o mesmo período de 2010. O total importado atingiu o montante de US\$ 5,1 bilhões. Os principais fornecedores de artigos têxteis e de confecções para o país são a China, a Índia, Indonésia, Estados Unidos e Argentina. Em relação à China, vale destacar que no período em análise o total importado desse país alcançou o montante de US\$ 2,4 bilhões o que corresponde a aproximadamente 47% do total importado pelo Brasil.

No que concerne ao mercado de trabalho do setor de Têxtil e do Vestuário, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, divulgados pelo MTE, mostram que de janeiro a outubro de 2011 o setor têxtil/confecção gerou mais de 18 mil novos empregos, resultado bastante inferior aos mais 80 mil postos criados no mesmo período de 2010.

Por Unidade da Federação, os destaques na geração de empregos no período em análise ficaram com os estados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina, com a criação de 4,5 ; 3,7 e 3,3 mil postos de trabalho respectivamente.

Por outro lado, o Rio Grande do Norte foi o estado que mais destruiu postos de trabalho, com a eliminação de 3,8 mil postos entre janeiro e outubro de 2011.

TABELA 13
Evolução do Emprego Celetista por Unidade da Federação na Indústria Têxtil e do Vestuário - Brasil

Unidade da Federação	Saldo	
	jan-out-2010	jan-out-2011
Rondônia	119	23
Acre	0	-16
Amazonas	107	127
Roraima	14	0
Pará	466	-125
Amapá	-9	17
Tocantins	-26	14
Maranhão	96	16
Piauí	336	-118
Ceará	5.002	1.125
Rio Grande do Norte	3.455	-3.806
Paraíba	692	-353
Pernambuco	1.679	622
Alagoas	-199	18
Sergipe	703	-99
Bahia	1.782	234
Minas Gerais	9.258	2.700
Espírito Santo	1.099	774
Rio de Janeiro	3.126	1.047
São Paulo	22.129	3.678
Paraná	8.090	4.463
Santa Catarina	14.178	3.341
Rio Grande do Sul	3.605	976
Mato Grosso do Sul	1.707	395
Mato Grosso	736	1.007
Goiás	2.476	2.490
Distrito Federal	-12	-46
Brasil	80.609	18.504

Fonte: CAGED/MTE

Elaboração: DIEESE

II. 4.3 – Setor Calçadista

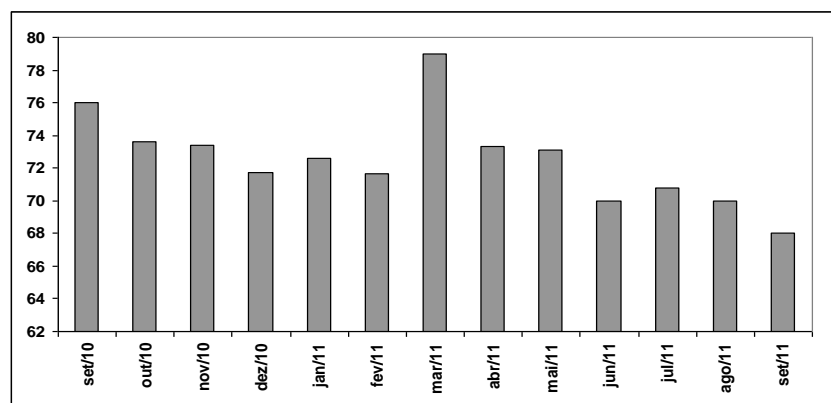
A produção de calçados em setembro de 2011 registrou retração de 2,8% na comparação com o mês imediatamente anterior. No acumulado do ano, o setor calçadista acumula queda de (-8,9%) na produção, segundo resultados da produção física calculada pelo IBGE. Na comparação com igual mês do ano anterior, a produção registrou retração de (-10,8%). Nos últimos doze meses na comparação com igual período do ano anterior, o setor calçadista registrou decréscimo de (-8,7%). Vale destacar que em todas as bases de comparação foram observadas decréscimos na produção, o que possivelmente reflete as dificuldades enfrentadas pelo setor, especialmente com as importações asiáticas.

No que diz respeito ao comércio exterior do setor, de janeiro a outubro de 2011, o volume de sapatos exportados registrou queda de 23,6%, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Este ano, foram embarcados 91,1 milhões de pares de calçados, que geraram faturamento de US\$ 1,1 bilhão, segundo informações da Abicalçados, com base em dados da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX. O preço médio do par exportado ficou em US\$ 11,29. Na comparação com o mesmo período de 2010, esses resultados representam queda de 13,6% no faturamento, e aumento de 1,3% no preço médio.

Os principais compradores dos calçados brasileiros no período analisado foram os EUA, Reino Unido e Argentina.

No que se refere às importações, o Brasil importou de janeiro a outubro de 2011, 30,6 milhões de pares de sapatos, representando um montante de US\$ 378,9 milhões ao preço médio de US\$ 12,37. Em relação ao mesmo período do ano anterior, verificou-se crescimento do faturamento de 40,5%, acréscimo no volume importado de 22,1% e aumento do preço médio de 18,4%. As importações chinesas no período representaram 31% do total importado em volume e 16,3% em valores.

GRÁFICO 6
Índice da Produção Física de Calçados e Artigos de Couro no Brasil -setembro de 2010 a setembro de 2011 (base: média/2002=100)



Fonte: IBGE

Quanto ao nível de emprego no setor, os dados do CAGED mostram que entre janeiro e outubro de 2011 foram criados aproximadamente 21 mil empregos formais, número bem inferior ao registrado no mesmo período de 2010, quando foram criados mais de 56 mil novos postos.

Dentre as unidades da Federação, as que mais geraram empregos no setor calçadista no período em questão foram São Paulo, com a criação de 11,1 mil novos postos, Minas Gerais que gerou 4,1 mil novas ocupações e o Rio Grande do Sul, com a criação de 3,5 mil novos postos de trabalho. (Tabela 14)

Por outro lado, Ceará e Bahia foram os estados que mais eliminaram postos de trabalho, com o fechamento de 629 e 152 postos, respectivamente.

TABELA 14

Evolução do Emprego Celetista por Unidade da Federação na Indústria de Calçados e Artigos de Couro - Brasil

Unidade da Federação	Saldo	
	jan-out-2010	jan-out-2011
Rondônia	-3	0
Acre	0	0
Amazonas	1	5
Roraima	-1	0
Pará	115	5
Amapá	0	0
Tocantins	6	56
Maranhão	-3	8
Piauí	15	4
Ceará	4.137	-629
Rio Grande do Norte	332	-30
Paraíba	2.456	275
Pernambuco	300	16
Alagoas	17	13
Sergipe	1.316	553
Bahia	4.689	-152
Minas Gerais	8.900	4.190
Espírito Santo	209	460
Rio de Janeiro	-162	-49
São Paulo	17.527	11.171
Paraná	600	458
Santa Catarina	1.578	312
Rio Grande do Sul	13.739	3.492
Mato Grosso do Sul	451	662
Mato Grosso	17	7
Goiás	5	265
Distrito Federal	-54	49
Brasil	56.187	21.141

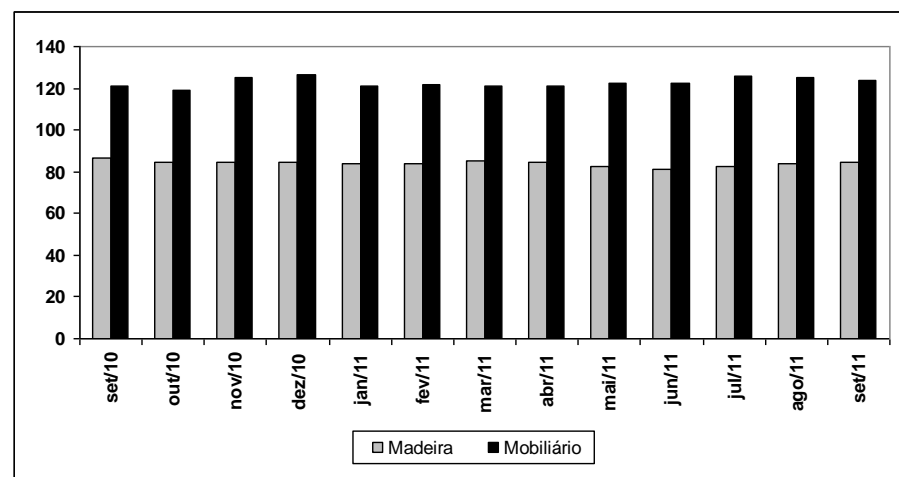
Fonte: CAGED/MTE

Elaboração: DIEESE

II. 4.4 - Madeira e Mobiliário

Os resultados da produção física para o segmento da madeira mostram que em setembro de 2011 a produção registrou avanço de 1,15%. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, observa-se decréscimo de (-2,2%). No acumulado de janeiro a setembro a produção da indústria madeireira registrou retração de (-0,3%). Nos últimos doze meses o incremento na produção foi de 2,14%. No segmento do mobiliário as variações para as mesmas comparações foram respectivamente: (-1,07%); 2,3%; 2,5% e 3,24%.

GRÁFICO 7
Índice da Produção Física da Indústria da Madeira e Mobiliário no Brasil – setembro de 2010 a setembro de 2011
 (base: média/2002=100)

Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE

No que se refere à geração de empregos formais no setor, os dados do CAGED mostram que de janeiro a outubro, o segmento da Madeira e do Mobiliário foi responsável pela geração de mais de 16 mil postos de trabalho. Observa-se que esse resultado foi inferior ao registrado no mesmo período de 2010, quando foram criados mais de 33 mil novos empregos formais.

Por unidade da federação, os estados que mais geraram empregos no período de janeiro a outubro foram: Rio Grande do Sul com a criação de 3.666 novos empregos, seguido por São Paulo com a criação de 3.017 novas vagas e Minas Gerais com a geração de 2.520 novos empregos.

TABELA 15
Evolução do Emprego Celetista por Unidade da Federação na Indústria da Madeira e Mobiliário - Brasil

Unidade da Federação	Saldo	
	jan-out-2010	jan-out-2011
Rondônia	459	181
Acre	181	289
Amazonas	15	126
Roraima	-27	-47
Pará	1.552	111
Amapá	16	-30
Tocantins	25	40
Maranhão	366	-5
Piauí	35	24
Ceará	611	294
Rio Grande do Norte	130	95
Paraíba	87	181
Pernambuco	586	284
Alagoas	55	39
Sergipe	135	96
Bahia	347	512
Minas Gerais	4.002	2.520
Espírito Santo	449	466
Rio de Janeiro	549	777
São Paulo	7.295	3.017
Paraná	6.897	1.422
Santa Catarina	4.306	1.052
Rio Grande do Sul	3.672	3.666
Mato Grosso do Sul	252	147
Mato Grosso	878	521
Goiás	686	717
Distrito Federal	220	-52
Brasil	33.779	16.443

Fonte: CAGED/MTE

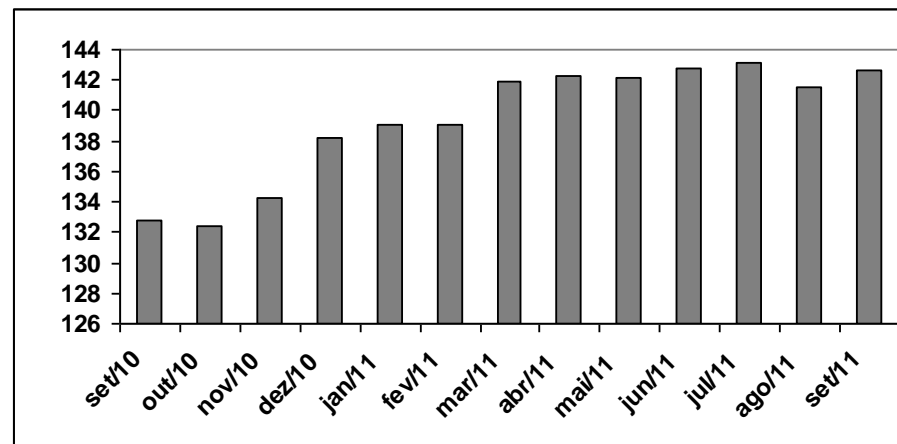
Elaboração: DIEESE

II. 4.5 – Setor da Construção Civil

No primeiro semestre de 2011, o Setor da Construção Civil cresceu 3,6%, segundo resultados das Contas Nacionais divulgadas pelo IBGE. Tal desempenho foi influenciado pelo aumento da ocupação no setor, o que é explicado pelo avanço do crédito direcionado ao longo do período. Para 2011, a estimativa de crescimento para o setor é de aproximadamente 4,0%.

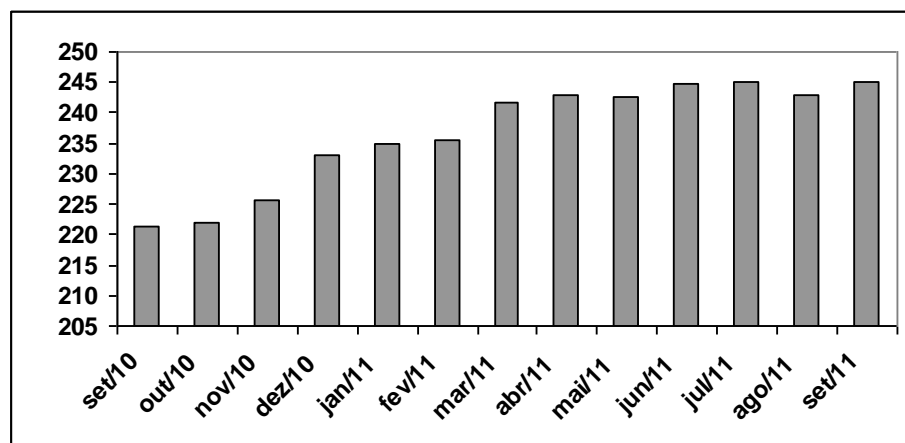
De janeiro a setembro de 2011, segundo informações da Pesquisa Mensal do Comércio realizada pelo IBGE, tanto o volume de vendas, quanto a receita nominal registraram variação positiva no período de 10,3% e 14,6% respectivamente. Nos últimos doze meses terminados em setembro, as variações foram de 11,1% para o volume de vendas e 15,6% para a receita nominal de vendas. Na análise trimestral, as vendas de materiais de construção no varejo, apontam desaceleração no ritmo de crescimento deste indicador na passagem do segundo para o terceiro trimestre do ano, ao passar de 11,7% para os atuais 6,5%. Vale lembrar que a manutenção do crescimento das vendas de materiais de construção ocorre em função do aumento dos recursos para o financiamento à construção civil, além do IPI reduzido para uma série de insumos utilizados no setor. (Gráficos 8 e 9).

GRÁFICO 8
Índice do Volume de Vendas de Materiais de Construção no Brasil setembro de 2010 a setembro de 2011 (base: média-2003=100)



Fonte: IBGE
 Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 9
Índice da Receita Nominal de Vendas de Materiais de
Construção no Brasil – setembro de 2010 a setembro de 2011
(base: média -2003=100)



Fonte: IBGE
 Elaboração: DIEESE

De janeiro a outubro de 2011, o setor foi responsável pela geração de mais de 249 mil novos empregos, resultado inferior ao mesmo período do ano anterior, quando o setor foi responsável pela criação de mais de 340 mil novos empregos

Por unidade da federação, destacam-se na geração de empregos os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco, conforme dados da tabela a seguir.

TABELA 16
Evolução do Emprego Celetista por Unidade da Federação na
Indústria da Construção Civil – Brasil

Unidade da Federação	Saldo	
	jan-out-2010	jan-out-2011
Rondônia	12.951	1.669
Acre	1.225	-528
Amazonas	1.511	4.533
Roraima	531	-421
Pará	7.094	11.877
Amapá	440	1.589
Tocantins	4.631	-279
Maranhão	10.640	-1.271
Piauí	7.793	-39
Ceará	15.341	8.858
Rio Grande do Norte	7.033	1.827
Paraíba	4.604	4.341
Pernambuco	26.754	19.488
Alagoas	3.794	4.178
Sergipe	3.842	2.482
Bahia	26.763	4.659
Minas Gerais	51.333	31.440
Espírito Santo	6.647	5.162
Rio de Janeiro	18.913	31.383
São Paulo	56.262	47.716
Paraná	21.781	14.823
Santa Catarina	9.870	12.630
Rio Grande do Sul	18.151	12.535
Mato Grosso do Sul	2.878	5.090
Mato Grosso	4.893	6.063
Goiás	14.638	11.849
Distrito Federal	1.314	7.574
Brasil	341.627	249.228

Fonte: CAGED/MTE
 Elaboração: DIEESE

III – Indicadores Econômicos

III. 1 – Mercado de Trabalho Metropolitano

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED mostram que, em outubro, o contingente de desempregados no conjunto das sete regiões onde a pesquisa é realizada foi estimado em 2.240 mil pessoas, 122 mil a menos do que no mês anterior.

A taxa de **desemprego total** diminuiu, ao passar de 10,6%, em setembro, para os atuais 10,1%.

TABELA 17

Estimativas do Número de Pessoas de 10 anos e mais, segundo a condição de atividade nas Regiões Metropolitanas e no Distrito Federal ⁽¹⁾ – Outubro-2010- Outubro-2011

Condição de Atividade	2010	2011			Out	Variações - %		
	Out	Jul	Ago	Set		Out-11/ Jul-11	Out-11/ Set-11	Out-11/ Out-10
População em idade Ativa	36.524	37.036	37.088	37.145	37.195	0,4	0,1	1,8
população Economicamente Ativa	22.213	22.237	22.206	22.336	22.280	0,2	-0,3	0,3
Ocupados	19.814	19.796	19.792	19.974	20.040	1,2	0,3	1,1
Desempregados	2.400	2.441	2.414	2.362	2.240	-8,2	-5,2	-6,7
Desemprego Aberto (total)	1.747	1.852	1.853	1.812	1.710	-7,7	-5,6	-2,1
Desemprego Oculto (total)	653	589	561	550	530	-10,0	-3,6	-18,8
Oculto pelo trabalho precário	435	385	376	375	364	-5,5	-2,9	-16,3
Oculto pelo Desalento	218	204	185	175	166	-18,6	-5,1	-23,9

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE-FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

O **nível ocupacional** pouco variou 0,3%. A criação de 66 mil ocupações e a saída de 56 mil pessoas da força de trabalho metropolitano resultaram na redução do contingente de desempregados em 122 mil pessoas.

A taxa de **desemprego total** diminuiu na maioria das regiões onde a pesquisa é realizada, à exceção do Distrito Federal e de Salvador, onde permaneceu relativamente estável.

No período de julho a outubro, a taxa de desemprego apresentou comportamento de queda todas as regiões pesquisadas, à exceção de Salvador. Já na comparação com outubro de 2010, os resultados demonstram queda no desemprego na maior parte das regiões pesquisadas, conforme pode-se observar abaixo:. (Tabela 18).

TABELA 18

Taxa de Desemprego Total – Regiões Metropolitanas e Distrito Federal ⁽¹⁾ – Outubro/2010 -Outubro/2011

Condição de Atividade	2010	2011				Variações - %		
	Out	Jul	Ago	Set	Out	Out-11/ Jul-11	Out-11/ Set-11	Out-11/ Out-10
Total Metropolitano	10,8	11,0	10,9	10,6	10,1	-8,2	-4,7	-6,5
Belo Horizonte	7,2	7,6	6,7	6,4	6,0	-21,1	-6,3	-16,7
Distrito Federal	13,1	12,4	12,3	12,5	12,2	-1,6	-2,4	-6,9
Fortaleza	7,9	9,7	9,0	8,9	8,3	-14,4	-6,7	5,1
Porto Alegre	8,2	8,0	7,7	7,7	7,1	-11,3	-7,8	-13,4
Recife	14,1	13,7	13,8	13,9	13,5	-1,5	-2,9	-4,3
Salvador	15,4	15,6	15,6	15,8	15,9	1,9	0,6	3,2
São Paulo	10,9	11,1	11,2	10,6	9,9	-10,8	-6,6	-9,2

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE-FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

Em termos setoriais, o nível ocupacional registrou crescimento nos Serviços (78 mil ocupações, ou 0,7%) e na Indústria (44 mil ou 1,5%) e praticamente compensou as reduções no Agregado Outros Setores (24 mil postos a menos, ou 1,5%), na Construção Civil (19 mil, ou 1,4%) e no Comércio (13 mil, ou 0,4%).

TABELA 19
Estimativas de Ocupados, segundo Setores de Atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal ⁽¹⁾
Outubro/2010- Outubro/2011

Mês/ano	Em mil pessoas					
	Total	Indústria	Comércio	Serviços	Construção Civil (2)	Outros (3)
Out-2010	19.814	2.981	3.226	10.716	1.272	1.619
Jul-2011	19.796	2.977	3.297	10.601	1.327	1.594
Ago	19.792	2.959	3.278	10.648	1.324	1.583
Set	19.974	3.032	3.298	10.732	1.333	1.579
Out	20.040	3.076	3.285	10.810	1.314	1.555
Varição Out-11/Jul-11	1,2	3,3	-0,4	2,0	-1,0	-2,4
Varição Out-11/Set-11	0,3	1,5	-0,4	0,7	-1,4	-1,5
Varição Out-11/Out-10	1,1	3,2	1,8	0,9	3,3	-4,0

Fonte: Convênio Dieese – Seade; MTE – FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

(2) Inclui obras de infraestrutura, novas edificações e reformas e reparações de edificações.

(3) Incluem serviços domésticos e outros setores de atividade não mencionados.

Segundo **posição na ocupação**, o número de assalariados variou positivamente (0,5%) em outubro. No segmento privado, os contingentes de assalariados com e sem carteira de trabalho assinada apresentaram comportamento semelhantes (0,6% e 0,3%, respectivamente). Houve acréscimo no contingente dos classificados nas demais posições ocupacionais (2,3%), mas diminuíram os

empregados domésticos (1,1%) e, em menor medida os autônomos (0,4%). Na comparação com outubro de 2010, o assalariamento total cresceu 3,1%. O crescimento no segmento privado resultou da ampliação do número de empregados com carteira de trabalho assinada (5,7%) e da redução do contingente sem carteira (5,5%). Também reduziram-se o número de pessoas classificadas nas demais posições ocupacionais (3,9%), empregados domésticos (3,0%) e autônomos (2,6%).

TABELA 20
Estimativas de Ocupados, segundo Posição na Ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal ⁽¹⁾
Outubro/2009- Outubro/2010

Trimestres	Em mil pessoas							Autônomos	Empregados Domésticos	Outros (2)
	Total	Assalariados			Total	Empregados Domésticos	Outros (2)			
		Total	Setor Público	Setor Privado						
					Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada				
Out-2010	19.814	13.450	2.175	11.277	9.282	1.995	3.464	1.433	1.467	
Jul-2011	19.796	13.512	2.111	11.391	9.572	1.819	3.448	1.449	1.387	
Ago	19.792	13.609	2.175	11.433	9.591	1.842	3.388	1.420	1.375	
Set	19.974	13.800	2.166	11.633	9.754	1.880	3.390	1.406	1.378	
Out	20.040	13.865	2.164	11.700	9.815	1.885	3.375	1.390	1.410	
Varição Out-11/Jul-11	1,2	2,6	2,5	2,7	2,5	3,6	-2,1	-4,1	1,7	
Varição Out-11/Set-11	0,3	0,5	-0,1	0,6	0,6	0,3	-0,4	-1,1	2,3	
Varição Out-11/Out-10	1,1	3,1	-0,5	3,8	5,7	-5,5	-2,6	-3,0	-3,9	

Fonte: Convênio Dieese – Seade; MTE – FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

(2) Incluem donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

Em setembro, no conjunto das regiões pesquisadas, cresceram os rendimentos médios reais de ocupados (1,0%) e assalariados (1,8%), que passaram a ser estimados em R\$ 1.387 e R\$ 1.445, respectivamente. Na comparação com o mês de setembro do ano anterior, os rendimentos médios reais dos ocupados e assalariados

diminuíram 3,8% e 3,6% respectivamente. Regionalmente, o rendimento dos ocupados apresentou comportamento diferenciado: contraiu-se em Salvador (12,9%), Belo Horizonte (6,0%), São Paulo (4,8%) e Distrito Federal (1,1%); permaneceu relativamente estável em Porto Alegre (0,3%); e cresceu em Recife (5,0%) e Fortaleza (2,8%).

TABELA 21

Rendimento Médio Real Trimestral e índices do Rendimento Médio Real Trimestral dos Ocupados e Assalariados – Regiões Metropolitanas ⁽¹⁾ e Distrito Federal

Período	Ocupados (2)	Assalariados (3)
	Média	Média
Set-2010	1.442	1.498
jul/11	1.373	1.425
Ago	1.373	1.420
Set	1.387	1.445
Variações relativas		
Set-11/Jul-11	1,1	1,4
Set-11/Ago-11	1,0	1,8
Set-11/Set-10	-3,8	-3,6

Fonte: Convênio Dieese – Seade; MTE – FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

(2) Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(4) Base: janeiro de 2009 = 100.

Nota: Inflator utilizado: IPCA/BH/PEAD; INPC-DF/IBGE; INPC-RMF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SE/BA; ICV-DIEESE/SP. Valores em reais de abril de 2010.

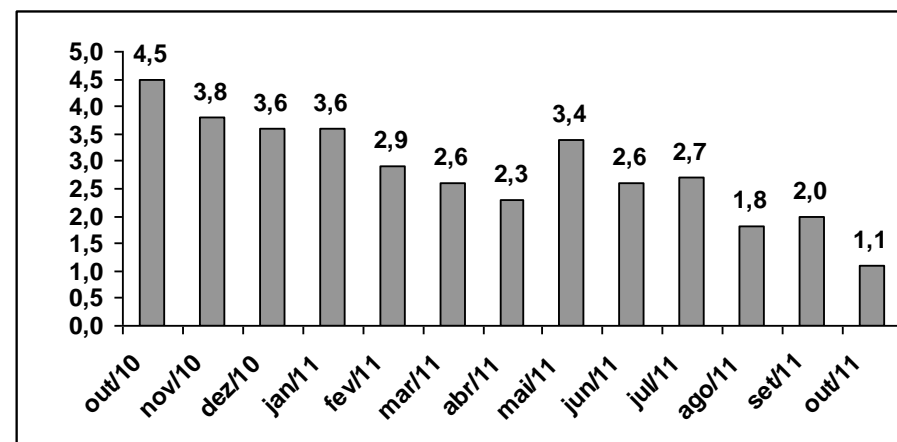
Nos últimos 12 meses, no conjunto das regiões pesquisadas, o nível de ocupação elevou-se em 1,1%, a menor variação dos últimos doze meses, nessa base de comparação. Nesse período, foram criadas 266 mil ocupações, número superior ao de pessoas que passaram a integrar

a força de trabalho (67 mil pessoas), resultando na redução do contingente de desempregados em 160 mil pessoas. (Gráfico 10).

GRÁFICO 10

Variação Anual ⁽¹⁾ da Ocupação nas Regiões Metropolitanas ⁽²⁾ 2010/2011

Fonte: Convênio Dieese – Seade; MTE – FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.



(1) Mês de referência em relação o mesmo mês do ano anterior.

(2) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza, São Paulo e Distrito Federal.

III. 2 – Taxas de Inflação

III.2.1- ICV-DIEESE

O índice do Custo de Vida no município de São Paulo (ICV-DIEESE) é calculado pelo DIEESE desde 1959 com famílias que recebem de 1 a 30 salários mínimos, em três níveis distintos de rendimentos familiares.

Em outubro de 2011, o custo de vida no município de São Paulo ficou em 31% , bem inferior à variação de setembro, de 0,69%, queda de - 0,38 pontos percentuais (pp.). Os grupos que mais colaboraram com o aumento da inflação foram quatro: Habitação (0,62%), Alimentação (0,33%), Saúde (0,34%), e Despesas Pessoais (0,35%), que, juntos, contribuíram com 0,30 pp. no cálculo da inflação de outubro. Os seis grupos restantes apresentaram variações pequenas, não alterando significativamente o cálculo da taxa deste mês.

TABELA 22
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Taxas, contribuições e porcentagem por grupos e subgrupos –
outubro de 2011 – Município de São Paulo

Total Geral	0,31	0,31	100,00
. Habitação	0,62	0,14	22,88
.. Locação, Imp.e Condom.	0,60	0,04	6,62
.. Operação	0,73	0,09	12,71
.. Conservação	0,30	0,01	3,55
. Alimentação	0,33	0,10	28,95
.. <i>In natura</i> e semielab.	0,02	0,00	12,67
.. Indústria da Alimentação	0,71	0,07	10,11
.. Fora do Domicílio	0,33	0,02	6,17
. Saúde	0,34	0,05	14,05
.. Assistência Médica	0,42	0,05	11,30
.. Medicam. e Prod.Farmac.	0,00	0,00	2,71
. Despesas Pessoais	0,35	0,01	3,75
.. Higiene e Beleza	0,63	0,01	2,04
.. Fumo e Acessórios	0,01	0,00	1,71
. Transporte	0,08	0,01	15,75
.. Individual	0,11	0,01	10,79
.. Coletivo	0,00	0,00	4,96
. Equipamentos	0,30	0,01	2,74
.. Eletrodomésticos	-0,32	0,00	1,25
.. Utensílios	0,57	0,00	0,47
.. Móveis	0,99	0,01	0,86
.. Rouparia	0,71	0,00	0,17

Fonte: DIEESE

Índices por Estrato de Renda

Além do índice geral, o DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercís da renda das famílias paulistanas. Em outubro, as taxas foram positivas e decrescentes segundo o poder aquisitivo: estrato 1 (0,37%), estrato 2 (0,34%) e estrato 3 (0,28%). Estas taxas em relação às de setembro apontaram quedas crescentes com a renda familiar: 1º estrato (-0,33 pp.), 2º (-0,36 pp.) e 3º (-0,41 pp.).

O estrato 1 corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias mais pobres (renda média= R\$ 377,49, em junho/1996); o estrato 2 contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 934,17 em jun/96) e o estrato 3 reúne aquelas de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 2.792,90 em jun/96) (Tabela 23).

TABELA 23

Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE) Taxa Geral e por estrato de renda – Município de São Paulo –set/11 e out/11

Índices	set/11 (%)	out/11 (%)	Diferença (p.p)
Geral	0,69	0,31	-0,38
Estrato 1	0,69	0,37	-0,33
Estrato 2	0,70	0,34	-0,36
Estrato 3	0,69	0,28	-0,41

Fonte: DIEESE

Comportamento dos preços em 2011

Dos dez grupos que compõem o ICV, chamam atenção as seguintes taxas: superiores ao índice geral (5,01%), Transporte (7,64%), Saúde (6,82%) e Educação e Leitura (5,71%); com variação semelhante o grupo Despesas Pessoais (5,10%). Com taxas abaixo da inflação, situaram: Alimentação (4,45%), Habitação (4,15%), Vestuário (2,34%), Recreação (0,39%) e Equipamentos Domésticos (-2,23%).

Comportamento dos preços nos últimos 12 meses

A taxa atualizada em outubro atinge 6,79%. Três grupos apontam níveis superiores ao índice geral: Alimentação (9,03%), Transporte (8,81%) e Saúde (7,27%). Outros acusam inflação elevada, porém inferior a 6,79%, tais como: Educação e Leitura (6,06%), Despesas Pessoais (5,62%) e Habitação (4,86%). Poucas variações ocorreram nos grupos: Vestuário (3,01%), Recreação (1,01%) e Equipamentos (-2,51%).

III. 2.2 – IPCA -IBGE e INPC-IBGE

O IPCA-IBGE ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo é calculado pelo IBGE desde 1980 e se refere às famílias com rendimento monetário de um a quarenta salários mínimos, em 9 regiões metropolitanas do país, além do município de Goiânia e de Brasília. Também é utilizado pelo governo como parâmetro para o chamado sistema de metas de inflação.

Em outubro o IPCA apresentou variação de 0,43% e ficou 0,10 ponto percentual abaixo da taxa de 0,53% do mês anterior. Com o resultado de outubro o acumulado no ano ficou em 5,43%, acima da taxa de 4,38% relativa a igual período de 2010. Considerando os últimos doze meses, o índice situou-se em 6,97% recuando em relação aos 7,31% registrados nos doze meses imediatamente anteriores.

Os preços dos alimentos (de 0,64% em setembro para 0,56% em outubro) continuaram aumentando, mas em ritmo menos acelerado, causando impacto de 0,13 ponto percentual ao invés dos 0,15 do mês anterior. Os principais produtos que contribuíram para este comportamento foram: o leite (de 2,47% para 0,05%), frango inteiro (de 2,94% para -0,05%) e feijão carioca (de 6,14% para -1,88%).

Nos Transportes (de 0,78% em setembro para 0,48% em outubro), o recuo foi provocado por vários itens. As passagens aéreas tiveram variação bem menos acelerada do que no mês anterior, embora tenham continuado a exercer o principal impacto no mês, com 0,06 ponto percentual. Para viagens em outubro, os vôos disponíveis subiram, em média, 14,26% em relação à média daqueles que foram disponibilizados para viagens em setembro, quando a alta chegou a 23,40%. O resultado do grupo foi influenciado, também, pelos combustíveis (de 0,69% para 0,10%), com o preço do litro do etanol indo dos 3,01% de setembro para uma queda de 0,36%, enquanto o litro da gasolina apresentou variação bem menor, indo de 0,51% para 0,17%. Destaca-se, ainda, o item conserto de automóvel (de 1,23% para 0,60%), que se manteve em alta, mas em menor ritmo, além das tarifas dos ônibus interestaduais (de 0,01% para -0,20%) e dos automóveis, tanto novos (de 0,18% para -0,09%) quanto usados (de 0,51% para -0,15%), com preços em queda.

As despesas com Habitação (de 0,71% em setembro para 0,62% em outubro) cresceram menos do que no mês anterior devido à taxa de água e esgoto (de 1,19% para 0,86%), aluguel (de 0,92% para 0,80%), energia elétrica (de 0,55% para 0,40%) e gás de botijão (de 1,36% para 0,10%).

O item empregados domésticos, cuja variação havia atingido 1,00% em setembro, reduziu para 0,10% em outubro e, junto com itens como cabeleireiro (de 1,03% para 0,54%) e costureira (de 0,75% para 0,41%) levaram ao recuo das Despesas Pessoais (de 0,53% para 0,22%).

Os artigos de Vestuário (de 0,80% em setembro para 0,74% em outubro) também subiram em ritmo menos acelerado, enquanto o grupo Artigos de Residência (de -0,36% para -0,20%) se manteve em queda.

Com isto, os não alimentícios tiveram variação de 0,39%, abaixo dos 0,50% do mês de setembro.

TABELA 24

Varição mensal e acumulada dos grupos componentes do IPCA-IBGE – Setembro e Outubro de 2011

Grupo	Variação %		Impacto (p.p)	
	set	out	set	out
Índice Geral	0,53	0,43	0,53	0,43
Alimentação e Bebidas	0,64	0,56	0,15	0,13
Habitação	0,71	0,62	0,09	0,08
Artigos de Residência	-0,36	-0,2	-0,01	-0,01
Vestuário	0,80	0,74	0,06	0,05
Transportes	0,78	0,48	0,15	0,09
Saúde e Cuidados Pessoais	0,34	0,45	0,04	0,05
Despesas Pessoais	0,53	0,22	0,06	0,02
Educação	0,14	0,07	0,01	0,00
Comunicação	-0,04	0,13	0,00	0,01

Fonte: IBGE

O INPC também é calculado pelo IBGE, desde 1.979, no mesmo espaço geográfico, porém se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários mínimos. Normalmente é o índice utilizado nas negociações coletivas entre trabalhadores e patrões.

No mês de outubro, o INPC fechou em 0,32%, e ficou abaixo da taxa de 0,45% do mês anterior. Com o resultado de outubro o acumulado do ano ficou em 4,94%, acima da taxa de 4,75% relativa a igual período de 2010. Considerando os últimos doze meses, o índice situou-se em 6,66%, abaixo dos 7,20% referentes aos doze meses imediatamente anteriores. Em outubro de 2010 o INPC havia ficado em 0,92%.

Os produtos alimentícios apresentaram variação de 0,35% em outubro, enquanto os não alimentícios aumentaram 0,31%. Em setembro, os resultados ficaram em 0,61% e 0,38%, respectivamente.

Dentre os índices regionais, o maior foi registrado na região metropolitana de Porto Alegre (0,82%) influenciado principalmente pela variação da energia elétrica (1,16%) cujas tarifas foram reajustadas em 7,60% a partir de 26 de outubro. Além disso, houve pressão do aumento do condomínio (4,46%) e da gasolina (4,64%). O menor índice foi o de Salvador (-0,04%) tendo em vista o resultado do grupo Alimentação e Bebidas (-0,46%), o menor entre as regiões pesquisadas.

TABELA 25**Variação Mensal e Acumulada da Inflação no Brasil
2010-2011**

Período	Em %		
	ICV- DIEESE	INPC- IBGE	IPCA-IBGE
2009	4,04	4,11	4,31
2010	6,91	6,47	5,91
jan/11	1,28	0,94	0,83
fev/11	0,41	0,54	0,8
mar/11	0,91	0,66	0,79
abr/11	0,80	0,72	0,77
mai/11	0,04	0,57	0,47
jun/11	-0,34	0,22	0,15
jul/11	0,44	0,00	0,16
ago/11	0,39	0,42	0,37
set/11	0,69	0,45	0,53
out/11	0,31	0,32	0,43
DATA BASE 1º DE NOVEMBRO DE 2011	6,79	6,66	6,97

Fonte: DIEESE e IBGE

III. 3 – CESTA BÁSICA

Das 17 capitais onde o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – realiza a Pesquisa Nacional da Cesta Básica, 10 localidades indicaram alta no custo dos produtos básicos no mês de outubro. Porto Alegre (1,93%), Curitiba (1,61%) e Vitória (0,95%) apresentaram os maiores aumentos. As retrações ocorreram em todas as capitais da região nordeste, sendo as mais

significativas apuradas em Natal (-2,63) e Fortaleza (-2,22%). Fora da região Nordeste, a única capital com queda no valor da cesta foi São Paulo (-0,08).

Com a redução do preço do conjunto de produtos alimentícios em São Paulo (- 0,08%) e o aumento em Porto Alegre (1,93%), o custo da cesta na capital gaúcha foi o mais elevado em outubro, a R\$ 277,34. Em São Paulo, o valor do conjunto de alimentos correspondeu a R\$ 266,97, vindo a seguir Florianópolis (R\$ 260,99) e Belo Horizonte (R\$ 252,20). Aracaju (R\$ 182,68), João Pessoa (R\$ 195,14) e Fortaleza (R\$ 198,68) apresentaram os menores valores, todas abaixo de R\$ 200,00.

Com base no maior valor apurado para a cesta e levando em consideração o preceito constitucional que estabelece que o salário mínimo deve suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o salário mínimo necessário. Para outubro, seu valor foi calculado em R\$ 2.329,94 – que corresponde a 4,27 vezes o mínimo em vigor, de R\$ 545,00. Para setembro, o piso mínimo era estimado em R\$ 2.285,83, ou 4,19 vezes o menor valor pago no país, enquanto em outubro de 2010 o mínimo necessário era calculado em R\$ 2.132,09, o que corresponde a 4,18 vezes o piso de então, de R\$ 510,00.

Variações Acumuladas

De janeiro a outubro deste ano, a variação acumulada do preço da cesta é negativa em quatro capitais: Natal (-8,76%), Fortaleza (-3,39%), Goiânia (-0,48%) e Manaus (-0,19%). Já os maiores aumentos foram anotados em Porto Alegre (9,99%), Florianópolis (9,60%) e Belo Horizonte (6,76%).

Nos últimos 12 meses, de novembro de 2010 a outubro deste ano, apenas duas das capitais pesquisadas tiveram variação acumulada negativa. São elas Natal (-0,21%) e Salvador (-0,03). As altas mais significativas foram apuradas em Florianópolis (13,06%), Porto Alegre (12,19%) e Vitória (9,82%)

Cesta x Salário Mínimo

Para adquirir a cesta básica em outubro, o trabalhador que é remunerado pelo salário mínimo precisou cumprir, na média das 17 capitais pesquisadas, uma jornada de 94 horas e 04 minutos, enquanto em setembro eram necessárias 93 horas e 58 minutos. Em outubro de

2010 a jornada exigida era muito semelhante, ficando em 94 horas e 11 minutos.

A mesma situação pode ser observada quando se considera o percentual do salário mínimo líquido gasto com a cesta – ou seja, após a dedução da parcela referente à Previdência Social. Em outubro, 46,48% do rendimento líquido do trabalhador eram comprometidos com a aquisição da cesta, percentual pouca coisa maior que o registrado em setembro (46,43%). Em outubro do ano passado, porém, o percentual era levemente maior, correspondendo a 46,53%.

TABELA 26
Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica em 17 capitais – Brasil – Outubro de 2011

Capital	Variação Mensal (%)	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho	Variação no ano (%)	Variação Anual (%)
Porto Alegre	1,93	277,34	55,31	111h57m	9,99	12,19
Curitiba	1,61	245,97	49,06	99h17m	0,82	6,04
Vitória	0,95	251,98	50,26	101h43m	4,12	8,96
Belém	0,89	237,85	47,44	96h01m	5,20	8,33
Manaus	0,88	251,58	50,18	101h33m	-0,19	9,73
Goiânia	0,87	233,48	46,57	94h15m	-0,48	1,54
Brasília	0,50	243,11	48,49	98h08m	4,04	8,42
Belo Horizonte	0,49	252,20	50,30	101h48m	6,76	9,82
Rio de Janeiro	0,46	251,97	50,25	101h43m	3,83	9,49
Florianópolis	0,25	260,99	52,05	105h21m	9,60	13,06
São Paulo	-0,08	266,97	53,24	107h46m	0,69	5,19
Aracaju	-0,51	182,68	36,43	73h45m	3,87	5,96
João Pessoa	-0,79	195,14	38,92	78h46m	0,46	4,72
Recife	-1,12	206,17	41,12	83h13m	0,33	5,38
Salvador	-1,42	205,12	40,91	82h48m	1,70	-0,03
Fortaleza	-2,22	198,68	39,62	80h12m	-3,39	2,74
Natal	-2,63	200,55	40,00	80h57m	-8,76	-0,21

Fonte: DIEESE